

Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade



Informação de qualidade para aperfeiçoar as políticas públicas e salvar vidas

Nota Técnica No. 41

Os Retrocessos nas Políticas de Educação na Pandemia da COVID-19. Quando vamos proteger as crianças e os adolescentes?

Principais Conclusões

- A educação foi uma das áreas mais afetadas pelas políticas de contenção da pandemia de COVID-19 entre 2020 e 2022. Desde o início da pandemia até a presente data, não houve coordenação e fiscalização do Governo Federal para garantir parâmetros mínimos de oferecimento de educação para estados e municípios;
- As desigualdades permanecem como desafios importantes para garantir o aprendizado dos alunos. Em 2020, os planos de ensino remoto demoraram para serem implementados prejudicando os alunos sem acesso à internet e a dispositivos móveis. Após um breve período em 2021, o ensino híbrido deixou de ser adotado como estratégia para continuar garantindo limites adequados de ocupação nos ambientes escolares e ajudar na contenção da pandemia em períodos de aumentos expressivos de casos;
- Com a volta progressiva ao ensino presencial em 2021 e 2022, os protocolos sanitários adotados pelas Secretarias de Educação nas redes estaduais e municipais das capitais negligenciam medidas importantes que poderiam ter reduzido significativamente os riscos para crianças e adolescentes;

- As medidas com maior potencial de redução de riscos no ambiente escolar – uso de máscaras de melhor qualidade, ventilação e monitoramento da qualidade do ar, testagem ativa e comprovação de vacinação – não foram adotadas de maneira adequada.
- As escolas permanecem locais importantes onde há alta transmissão e surtos da COVID-19. Mesmo diante desta evidência, a maioria dos governos não publica informações sobre o número de casos e surtos detectados nas escolas.

Introdução

A educação foi e continua sendo uma das áreas negligenciadas pelas políticas de contenção da pandemia da COVID-19 entre 2020 e 2022. As subvariantes da Ômicron, BA.4/BA.5, estão impulsionando as curvas de casos, hospitalizações e óbitos em muitos estados do Brasil. Estudos recém publicados mostram que estas subvariantes da Ômicron apresentam escape vacinal e também da proteção induzida por infecções recentes. Soma-se a isso a suspensão das restrições sanitárias e estímulo à retomada das atividades aos moldes pré-pandemia, o que permite maior transmissão do vírus. Neste contexto, as crianças com menos de 5 anos ainda permanecem sem uma vacina autorizada contra o SARS-CoV-2 no Brasil.

Atualmente, e em muitas vezes ao longo dos últimos 2 anos, a Rede de Pesquisa Solidária (RPS) acompanhou as declarações de normalização da situação pandêmica, o fim da emergência em saúde pública de importância nacional (Espin)¹ e até mesmo movimentos para classificar a pandemia de COVID-19 como endemia. Estas ações e perspectiva, difundidas pelo Governo Federal, são motivo de preocupação, por terem implicações práticas, tanto do ponto de vista de políticas públicas quanto de comunicação, junto à população. Uma das consequências é a permanência da negligência de crianças e adolescentes, com duplo impacto negativo, na saúde e no ensino. Os impactos são ainda piores entre crianças e adolescentes mais pobres, portadoras de deficiências, institucionalizadas ou pertencentes a grupos vulneráveis. Neste cenário de suspensão de medidas de prevenção, aliada à desinformação generalizada e à alta circulação do vírus, crianças se ausentam da escola em virtude da doença e, em diversos estados e cidades do país, escolas estão sendo fechadas parcialmente em razão dos altos índices de infecção entre professores, servidores e alunos, e ainda com o risco de sequelas e da COVID-longa.

É nesse sentido que a presente nota tem como objetivo apresentar de maneira compreensiva e abrangente o que aprendemos com a resposta governamental na área da educação. Nesta nota, a RPS reforça seu alerta para importantes falhas nas políticas públicas na área de educação desde o início da pandemia. Traremos uma análise mais aprofundada do caso do estado de São Paulo, da capital paulista e também exemplos dos municípios do Rio de Janeiro e de Florianópolis, capital de Santa Catarina, para expor os problemas e desafios que ainda persistem. Na conclusão, traremos recomendações de medidas que devem ser priorizadas no segundo semestre de 2022 com vistas a dar segurança sanitária a crianças e adolescentes, assim como dos demais integrantes da comunidade escolar, quais sejam, professores e servidores.

¹ O estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) entrou em vigor em fevereiro de 2020 e foi revogado com a Portaria Nº 913 no dia 22 de abril de 2022. Após a declaração do ESPIN, o projeto foi transformado na Lei 13.979, de 2020. O Governo Federal adotou mais de 660 atos normativos relacionados à COVID-19, entre leis, decretos, portarias e resoluções. A vigência da maioria destas medidas foi vinculada à Espin.

Ensino a Distância e a Segurança do Retorno às Aulas Presenciais: Os Índices para Avaliar a Garantia ao Ensino Seguro na Pandemia

A fim de monitorar as políticas desenvolvidas para garantir o ensino durante a pandemia, a RPS desenvolveu dois índices. O Índice de Educação a Distância (IEAD)² permite avaliar a qualidade dos planos de ensino remoto propostos pelos governos dos estados e das capitais. Já o Índice de Segurança do Retorno às Aulas Presenciais (ISRAP)³ permite analisar a qualidade dos protocolos de biossegurança desenvolvidos pelo Ministério da Educação e pelas secretarias de educação estaduais e municipais das capitais.

Em 2020, com a chegada da pandemia, as escolas foram fechadas para o ensino presencial como medida de contenção da disseminação e adoecimento pelo novo vírus. Diante disso, a maioria dos estados e municípios apresentaram programas de ensino remoto como forma de garantir o direito à educação.

O Índice de Educação a Distância (IEAD) monitora as políticas educacionais adotadas permitindo informar gestores públicos, bem como a sociedade civil, em relação ao escopo de atendimento, duração e cobertura dos programas.

O IEAD é composto por 4 categorias. A primeira é relativa aos meios de transmissão (B1), avaliando em quais canais foram oferecidas as aulas, seja rádio, TV e/ou internet. A segunda, formas de acesso (A1), avalia quais materiais, tecnologias e/ou dispositivos foram disponibilizados para os estudantes acessarem esses conteúdos, principalmente em relação à viabilização de subsídios de internet, dispositivos móveis e materiais impressos. Já a supervisão dos alunos (S1), terceira categoria, é responsável por avaliar se há o monitoramento das atividades em casa pelos professores e/ou pelas próprias secretarias de educação de cada localidade. Por último, há o componente de cobertura (C1) que identifica quais são os níveis de ensino abarcados pelo plano, podendo ser o infantil, fundamental, médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Dentro de cada uma dessas categorias, pontua-se de acordo com o oferecimento para cada componente, variando-se entre 0 (sem oferecimento) e 1 (máximo oferecimento). Na Tabela 1, resumimos como o IEAD é calculado.

Índice	Categoria	Critérios Avaliativos	Escore
EAD_B1	Meios de Transmissão	0 = Não Ofereceu +1/3 = Internet +1/3 = Televisão +1/3 = Rádio	0-1
EAD_A1	Formas de Acesso	0 = Não Ofereceu +1/3 = Apostilas Específicas +1/3 = Distribuição de dispositivos +1/3 = Subsídio à Internet	0-1
EAD_S1	Supervisão dos Alunos	0 = Não Ofereceu +½ = Responsabilidade dos Professores +½ = Responsabilidade das Secretarias	0-1

² Barberia, Lorena G.; Cantarelli, Luiz; e Schmalz, Pedro H. S. "Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19." Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>.

³ Barberia et. al. 2021. "Com a volta às aulas presenciais na rede pública de estados e municípios, melhorias nos protocolos são necessárias para garantir maior segurança de alunos e profissionais da educação." Rede de Pesquisa Solidária, Boletim nº 32, 09 de julho de 2021. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-32/com-a-volta-as-aulas-presenciais-na-rede-publica-de-estados-e-municipios-melhorias-nos-protocolos-sao-necessarias-para-garantir-maior-seguranca-de-alunos-e-profissionais-da-educacao/>, acesso em 26 de junho, 2022.

Índice	Categoria	Crerios Avaliativos	Escore
EAD_C1	Cobertura	0 = Não ofereceu +1/3 = Infantil +1/3 = Fundamental +1/3 = Médio/EJA	0-1
IEAD	Índice de Ensino a Distância	(B1 + A1 + S1) x C1	0-10 (redimensionado)

O Índice de Segurança do Retorno às Aulas Presenciais (ISRAP) permite o monitoramento das políticas adotadas frente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 no retorno dos alunos às escolas. Além disso, ajuda a informar os integrantes da comunidade escolar e da sociedade civil a respeito da qualidade e da segurança garantida pelas propostas oferecidas em cada localidade, com base nos estudos e orientações de órgãos internacionais envolvidos no combate à COVID-19.

O ISRAP é composto por oito categorias, classificadas em medidas de Média e Alta Complexidade. Consideramos que políticas com complexidade interna são medidas que exigem aumento de gastos e esforços em sua aplicação, enquanto as medidas com complexidade externa são aquelas que necessitam de coordenação com outras áreas, como secretarias de saúde, para a melhor implementação. Nesse sentido, medidas com complexidade interna e externa, são classificadas como Alta Complexidade e as demais são classificadas como Média Complexidade. O ISRAP é então calculado somando-se as notas de cada categoria, com peso 1 às de Média Complexidade e peso 2 às de Alta Complexidade. Finalmente, a nota final é redimensionada para que o índice varie entre 0 e 100, sendo 100 a nota de um protocolo que atende ao máximo todas as medidas de proteção.

Tabela 2. O Índice de Segurança do Retorno às Aulas Presenciais (ISRAP)

Classificação	Categoria*	Políticas Avaliadas
Média Complexidade	Transporte (TR)	Proposta de horários que evitem pico do transporte Especificação de protocolos para o transporte escolar
	Distanciamento (D)	Limite na ocupação de classes Limite na interação entre classes Limite na proximidade entre mesas e alunos
	Higiene (H)	Disponibilização de materiais para higiene Higienização obrigatória
	Ensino Remoto (ER)	IEAD - Índice de Ensino a Distância, produzido pela Rede de Pesquisa Solidária
Alta Complexidade	Máscaras (M)	Uso obrigatório Distribuição Campanha para uso correto Especificação de máscara N95/PFF2
	Ventilação (V)	Janelas abertas e/ou filtros HEPA Aulas externas em espaços amplos Monitoramento de CO ₂ Aulas de risco em EAD
	Imunização (I)	Imunização dos profissionais de educação e dos alunos Exigência de carteira de vacinação
	Testagem (T)	Política de testagem alinhadas com as orientações de Vigilância do Ministério de Saúde e com o SUS Isolamento de Contatos

* As categorias de Imunização (I) e de Ensino Remoto (ER) de 2021 foram alteradas no cálculo do ISRAP de 2022, para dar conta da nova realidade da volta às aulas. Informações detalhadas sobre o índice e as mudanças metodológicas estão disponíveis em: <https://github.com/cgrtbrfed>, acesso em 26 de Junho, 2022.

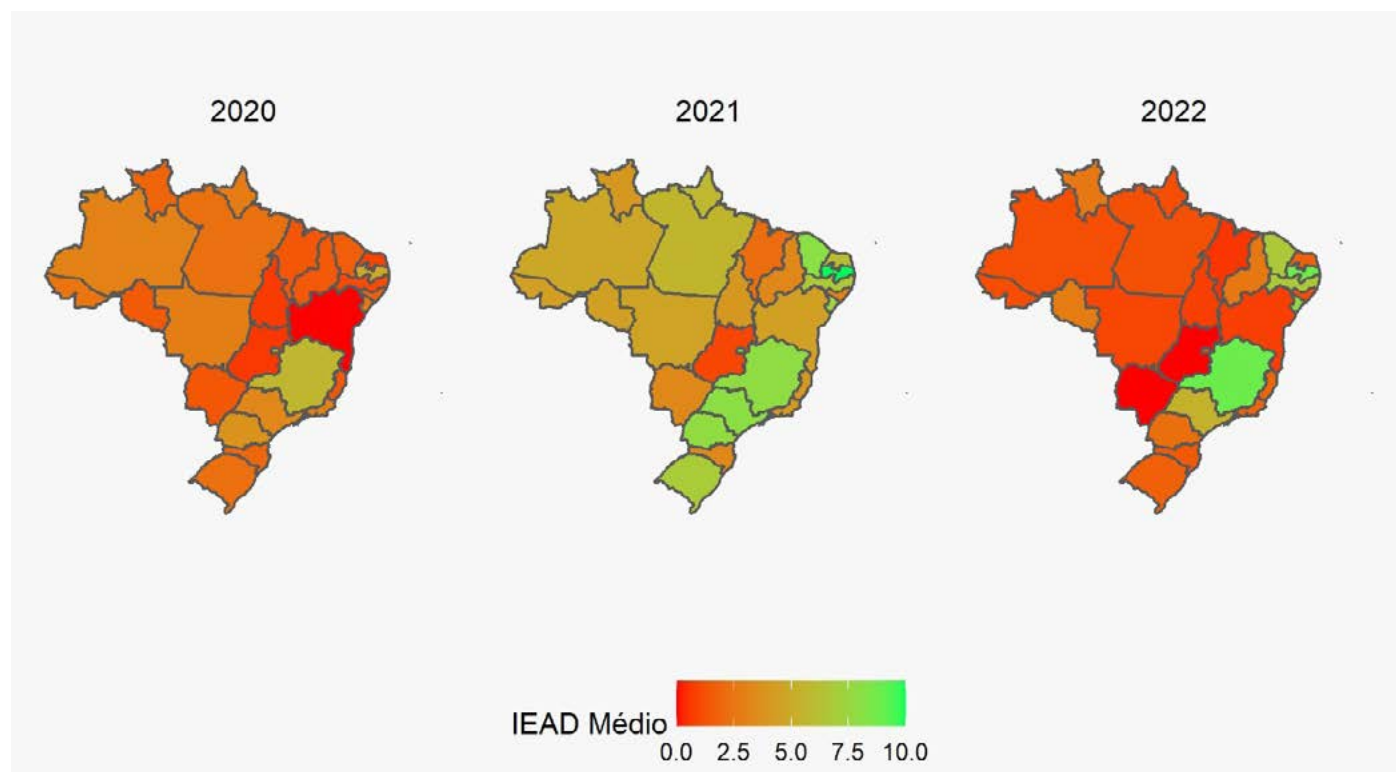
A RPS coleta dados e produz o índice de educação a distância (IEAD) atualizado desde 2020, e o índice do ensino presencial (ISRAP) desde 2021. Ambos os índices são fundamentados em documentos publicados pelas secretarias de educação, como cartilhas, decretos, portarias, comunicados, entre outras ações que tenham circulação pública, além de notícias que tenham as secretarias como fonte. Os bancos de dados e o livro de códigos contam com os dados para cada ente federativo analisado e estão disponíveis para livre consulta na plataforma de GitHub da Rede⁴.

O Prejuízo de Não Oferecer Melhores Programas de Educação a Distância

Para garantir o direito constitucional à educação de crianças e adolescentes, a celeridade dos governos em criarem seus planos de ensino remoto se apresentava como questão de extrema importância. Tais planos e as infraestruturas para seu oferecimento eram vitais para garantir o ensino no contexto da pandemia. Entretanto, a RPS identificou grande heterogeneidade não apenas na data de implementação dos planos em 2020, como no oferecimento desses programas ao longo de 2021 e 2022.

Como mostra a Figura 1, as notas médias das redes estaduais do IEAD revelam que poucos estados conseguiram melhorar o ensino remoto. Quanto mais próximo do vermelho, menor a média geral dos estados. Como pode ser observado, 2020 obteve médias preocupantes na maior parte do país. Já em 2021, após um ano de aprendizado acerca dessas políticas, os governos estaduais atingiram médias maiores, quando comparado com o ano anterior e o ano seguinte, mas ainda muito distante do modelo ideal. Por último, o ano de 2022 é marcado por um abandono quase generalizado das estratégias de ensino a distância.

Figura 1. Média do IEAD nos estados brasileiros de 2020 a 2022



⁴ <https://github.com/cgrtbrfed> acesso em 26 de junho, 2022.

A Rede tem destacado vários problemas que ajudam a explicar o desempenho insuficiente destes programas. Primeiro, desde o início da pandemia não existiu uma coordenação, ou mesmo orientação, para padronizar, por parte do Ministério da Educação (MEC), a implementação do ensino remoto, o que contribuiu para aumentar as desigualdades e impediu sua avaliação ou a troca de experiências.

Segundo, houve demora em boa parte dos governos de estado e das prefeituras das capitais na formulação de programas de ensino remoto. Alguns estados, como Tocantins, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, ficaram mais de 100 dias sem o oferecimento de alternativas de educação para a rede pública. Ainda mais grave, o estado da Bahia não formulou nenhum programa para acompanhamento dos estudantes durante todo o ano de 2020. Já nas capitais, Aracaju e João Pessoa são exemplos de cidades que ficaram ainda mais tempo sem ensino remoto. Em média, as capitais demoraram cerca de 43 dias para proposição dos programas, enquanto os estados demoraram 34 dias.

Terceiro, as desigualdades sociais preexistentes não foram devidamente consideradas no desenho dos programas e seu desenvolvimento. Os governos estaduais e municipais das capitais não aplicaram recursos significativos para distribuição de dispositivos e subsídios de pacotes de dados em 2020, 2021 e 2022, com o objetivo de equalizar tanto quanto possível a qualidade no acesso dos conteúdos. Não houve o uso extensivo dos meios de transmissão disponíveis para a difusão dos conteúdos educacionais. Ou seja, estados e capitais não utilizaram todos os recursos (rádio, TV e Internet) para facilitar o acesso dos estudantes inseridos nos mais diversos contextos sociais e econômicos. Ademais, poucos programas previam como seria feita a supervisão sobre o aprendizado dos alunos, o que implicou muitos estudantes sem o correto direcionamento e monitoramento no novo modelo de ensino.

E ainda levando em consideração as desigualdades, em 2020, a Rede mostrou que os programas de ensino a distância propostos pontuaram com notas mais altas no IEAD nos estados economicamente bem posicionados (de maior PIB *per capita*) e com um desempenho superior no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵. Utilizando dados da PNAD-COVID⁶, a Rede mostrou que alunos que atingiram mais horas de estudo estavam correlacionados positivamente aos estados com melhores planos de ensino remoto.

Então, em quarto lugar, em 2021, o desempenho dos programas pode ser explicado pela alocação do orçamento destinado à área de educação. Diferentemente de 2020, em 2021 não foi encontrada correlação entre a qualidade dos planos de ensino remoto com o PIB *per capita* ou com o IDEB. O que pode explicar a qualidade dos planos em 2021 foram as decisões orçamentárias, visto que estados com maiores cortes na educação apresentaram os piores planos⁷. Em 2021, com mais tempo para planejamento e com os aprendizados do ano anterior, esperava-se uma melhora significativa nas propostas de ensino remoto pelo país. Apesar da melhora na média nacional do IEAD, tanto para os estados como para seus municípios mais centrais, as notas dos programas se mantiveram aquém do necessário para garantir um ensino de qualidade, como mostra a tabela 3.

5 Barberia, Lorena G.; Cantarelli, Luiz; e Schmalz, Pedro H. S. "Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19." Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>, acesso em 26 de junho, 2022.

6 <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>, acesso em 26 de junho, 2022.

7 Barberia et. al. 2021. "Em 2020, a ausência de esforços do Ministério de Educação e do Ministério de Economia para coordenar ensino e socorro fiscal reforçou a desigualdade regional". São Paulo: Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas & Sociedade, Boletim técnico nº 31, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-33/em-2020-a-ausencia-de-esforcos-do-ministerio-deeducacao-e-do-ministerio-de-economia-para-coordenar-ensino-e-socorro-fiscal-reforcou-a-desigualdade-regional-com-maiorprejuizo-para-os-estados-com-me-2/> acesso em 20 de junho, 2022.

Para o ano de 2022 com a disseminação das variantes Ômicron, continuou sendo necessário fortalecer as políticas de educação a distância, para resguardar três medidas importantes: (1) o distanciamento físico no interior das escolas e permitir a formação de bolhas ou turmas de rodízio; (2) o controle de possíveis surtos, garantindo a suspensão das aulas presenciais caso necessário; e (3) a garantia de reforço educacional em razão dos atrasos causados pela pandemia. Como demonstra a Tabela 3, as médias do IEAD para estados e municípios voltaram a níveis baixíssimos em 2022, até piores do que as de 2020. Desta forma, houve um retrocesso completo de todos os aprendizados de bons programas de educação a distância nos governos estaduais e municipais.

Tabela 3. Notas médias nacionais do IEAD em 2020, 2021 e 2022, para estados e capitais.

Ano	Estados	Capitais
2020	2,73	1,59
2021	5,09	3,80
2022	2,71	1,57

A Piora dos Protocolos de Reabertura Seguros para o Ensino Presencial no Contexto da Ômicron

A Rede tem enfatizado que as políticas mais rígidas para fortalecer a proteção dos alunos, professores e funcionários da infecção no ensino presencial — como o uso adequado de máscaras, ventilação do espaço escolar e testagem para diagnóstico de pessoas infectadas — não foram adotadas pelo Governo Federal, nem pela maioria das redes estaduais ou municipais, com a rigidez necessária para garantir maior segurança.

O Ministério da Educação chegou a publicar um documento com orientações gerais sobre o retorno às aulas presenciais, em outubro de 2020. Porém, o protocolo federal recebeu uma nota no ISRAP de 40,6 de 100 possíveis, nota abaixo das médias dos estados e das capitais. Desde então, não foram publicadas melhorias ou atualizações ao documento.

Quanto às políticas adotadas nos estados e nos municípios, os dados levantados pela Rede mostram que também permanecem com orientações muito frágeis. A média nacional dos protocolos sanitários no início do primeiro semestre letivo, em 10 de fevereiro de 2022, foi de 46,5 e 42,9, para redes estaduais e municipais. Em relação às medidas classificadas como de Alta Complexidade, no caso dos estados, não houve melhora, em média, no fortalecimento da política de testagem ativa, que se manteve em 7% das unidades federativas, enquanto a política de isolamento de contatos foi enfraquecida, reduzindo de 48%, em 2021, para 33% em fevereiro de 2022. A distribuição ou recomendação de máscaras adequadas não foi empregada massivamente pelos governos, aumentando de 18% para apenas 22%, de 2021 para 2022, respectivamente.

Nas capitais o desempenho foi pior do que o dos estados, mas ainda acima daquele apresentado pelo Governo Federal. As capitais apresentaram uma maior flexibilização no caso da medida de testagem, que caiu de 15,7% em 2021, para 7,7% este ano, ou seja, essa política, fragilmente adotada ao longo da pandemia, foi descontinuada em parte dos locais analisados. Em relação ao isolamento de contatos, a porcentagem de capitais que incluem a política reduziu de 38% para 33%. Na categoria de máscara, o número de municípios que indicavam o modelo PFF2 continuou

estável, em 15%, nível ainda muito baixo. Por último, assim como nos estados, o monitoramento do ar não foi adotado em nenhuma das 26 cidades.

Finalmente, na volta às aulas de 2022, para o qual a maioria dos estados e capitais propuseram um retorno 100% presencial, a Rede identificou que apenas 33% dos estados possuíam exigência de comprovação de vacinação. E nas capitais, a ocorrência foi ainda menor, sendo que apenas 27% das redes municipais exigiam o comprovante de vacinação.

O Zigue-Zague das Políticas Educacionais nas Escolas do Estado de São Paulo

O estado de São Paulo é um exemplo importante acerca da trajetória das políticas educacionais no contexto da pandemia no Brasil. O estado é responsável por uma rede de ensino de mais de 5.400 escolas estaduais e mais de 3,3 milhões de estudantes. Além disso, por muitas vezes, o governo do estado de São Paulo foi o primeiro a propor medidas, atualizações e também flexibilizações com importantes reflexos nos protocolos de outras redes estaduais e municipais ao longo dos três anos de pandemia.

Observa-se que, em 2020, o estado obteve uma média geral no IEAD de 3,86, em uma escala que variava de 0 a 10 e, portanto, muito abaixo do que era esperado encontrar em uma política considerada satisfatória do ponto de vista da qualidade do programa de educação. No ano de 2021, a média do IEAD subiu para 8,03 pontos, praticamente o dobro da média no final de seu primeiro ano de execução por mudanças introduzidas no programa.

Além de subsidiar dados e fornecer materiais impressos aos alunos desde 2020, o governo passou a distribuir chips de celular com plano de internet de 3GB mensais, tanto para estudantes, como para profissionais que apresentavam dificuldade de conectividade em 2021. Os conteúdos continuaram sendo transmitidos exclusivamente por meio da TV e da Internet, em detrimento do rádio. Foi mantida a cobertura completa dos ensinos infantil, fundamental e médio. Finalmente, em 2021, a Supervisão dos Alunos, ausente em 2020, foi adicionada ao planejamento, sendo feita por meio dos professores, mas não da secretaria estadual de educação. Para 2022, as políticas que se mantiveram foram as de transmissão por meio da internet, com conteúdo disponível para os níveis infantil, fundamental e médio, além da distribuição de dispositivos.

Quanto aos protocolos sanitários de reabertura escolar, o estado de São Paulo autorizou o primeiro retorno às aulas presenciais em novembro de 2020 e, desde então, a Secretaria de Educação fez várias alterações no protocolo. Conforme o indicado na Figura 2, ao longo do primeiro semestre de 2021, as notas do programa permaneceram abaixo de 50, uma demonstração de menor rigidez quanto ao pacote de medidas. No segundo semestre de 2021, as medidas de proteção foram reforçadas em alguns aspectos no protocolo. Infelizmente, o estado voltou a reduzir a rigidez do protocolo no primeiro semestre de 2022, no auge da chegada da variante Ômicron.

Em 8 de fevereiro de 2021, na volta às aulas, a nota do ISRAP para o estado estava em 37,27. Os principais motivos para uma nota baixa do protocolo inicial de reabertura foram, sobretudo, as baixas notas obtidas nos quesitos máscaras, ventilação e testagem. O estado adotou uma política parcial para a distribuição de máscaras a profissionais. Apesar da obrigatoriedade do uso, a medida de distribuição não abarcou toda a comunidade escolar. Havia recomendação para que se alterasse o horário das aulas para evitar horários de pico e um conjunto de medidas sanitárias específicas para este setor. Não era

mencionada obrigatoriedade de testagem ativa dos alunos, havendo apenas recomendação do encaminhamento dos alunos, funcionários e professores para estabelecimentos de saúde, e o isolamento do indivíduo, sem menção ao isolamento da classe inteira, em caso de sintomas constatados na escola ou pelos pais. A vacinação dos profissionais de educação ainda não era priorizada. Por outro lado, o estado limitou o número de ocupantes nas salas para permitir a metragem de distanciamento necessário entre alunos e proibia interação entre turmas/bolhas, para evitar maiores contágios em casos de surtos. O protocolo do estado indicava a necessidade de manter janelas abertas e recomendava aulas ao ar livre sempre que possível, mas permitia que aulas de maior contato ocorressem na escola, como educação física, e não havia o monitoramento da qualidade do ar. Havia a exigência no âmbito da higiene das mãos, apesar de não determinar quais produtos sanitizantes devessem estar disponíveis nos espaços escolares.

Ao longo de 2021, pequenas revisões do protocolo elevaram a nota do ISRAP significativamente até que o protocolo chegou à sua melhor nota em 2 de agosto, quando atingiu 65,3 devido, sobretudo, ao avanço da imunização e à implementação obrigatória do isolamento de contatos que aumentou significativamente a nota de testagem.

Já na volta às aulas em 2022, a média do ISRAP voltou a cair para 47,5 em 2 de fevereiro em decorrência do abandono das medidas de distanciamento no interior das escolas. As máscaras continuaram obrigatórias nas escolas até 17 de março, além de ainda haver menção à distribuição deste EPI para os profissionais da área. Mesmo assim, o tipo mais eficaz (PFF2 ou com filtro) ainda não era mencionado no protocolo ou distribuído nas escolas.

Com respeito à ventilação, o estado apenas indicava a necessidade de se manter janelas abertas. Além disso, as políticas da categoria de distanciamento foram abolidas por completo. Para o transporte, ainda havia recomendação para mudança de horário do início e término das aulas, com o objetivo de se evitar o horário de pico, e o protocolo sanitário desse setor também estava incluído, até 17 de março, data em que passa a não ser mais citado.

Figura 2 - Médias do protocolo sanitário escolar do estado de São Paulo, a partir do ISRAP.



No quesito higiene, as duas medidas do componente continuaram como obrigatórias, tanto a necessidade da lavagem das mãos quanto a disponibilização de materiais sanitizantes. Já em relação à política de testagem, não existe obrigatoriedade nem mesmo em casos sintomáticos. A indicação menciona apenas o encaminhamento para estabelecimento de saúde, medida aplicada também aos profissionais. Além disso, há menção ao isolamento do grupo de contato apenas até a atualização de 17 de março, em caso de constatação da doença em algum estudante.

Por último, na categoria de Imunização, o estado já havia iniciado a vacinação de jovens e crianças e exigiu que o comprovante fosse apresentado nas escolas estaduais. Essa última categoria de análise, Imunização, foi alterada na avaliação de 2022, para considerar no cálculo do índice a vacinação para as faixas etárias abaixo de 18 anos.

Em 17 de março, após as alterações descritas acima, a nota média do estado baixou para 35,41, a menor nota de todo o período da pandemia. O abandono das políticas de ensino remoto ou híbrido inviabilizou a manutenção do distanciamento e do controle de ocupação das salas. No entanto, mesmo com esta realidade, medidas de baixo custo foram abandonadas, o que é bastante preocupante considerando o contexto epidemiológico, a continuidade de uma política de ventilação bastante limitada, juntamente com o abandono da obrigatoriedade das máscaras. A descontinuidade de tais medidas no atual cenário de salas de aula com ocupação máxima pode ocasionar, como tem se observado, surtos que levarão a frequentes cancelamentos de aulas ou mesmo fechamento de escolas, em decorrência da disseminação do contágio entre alunos, professores e profissionais.

As Consequências na Educação e na Saúde das Crianças e dos Adolescentes no Estado de São Paulo

Dados preliminares sugerem que, tanto para a educação como para a saúde das crianças e adolescentes, os prejuízos foram extremamente elevados ao longo da pandemia de COVID-19.

Com respeito ao ensino remoto, por exemplo, dados levantados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCSP) reforçam que o programa não conseguiu atingir a maioria dos alunos da rede pública de ensino no estado⁸ em 2020. Dados de acessos ao Centro de Mídias de São Paulo revelam que o maior pico em acessos pelos alunos foi registrado em junho de 2020, com a participação de 852.841 estudantes na plataforma, representando apenas 24,83% do total de 3.325.007 educandos da rede. Os acessos permaneceram em declínio ao longo de 2020. Em dezembro de 2020, somente 156.292 estudantes (4,70% do total) consultavam o sistema.

O TCSP também constatou que além da baixa adesão, houve também problemas no cumprimento das horas mínimas de ensino que deveriam receber os alunos nestes programas. Em 2020, 62,82% dos alunos que realizaram o login, não registraram ao menos uma hora no aplicativo. Do restante, aproximadamente 18,40% dos educandos permaneceram no máximo duas horas na plataforma, somados todos os acessos no período de oito meses.

Até o momento de elaboração desta nota, não há dados disponíveis para 2021 com o intuito de avaliar o desempenho dos programas do ensino remoto para os alunos da rede pública do Estado, mas o legado do primeiro ano da pandemia certamente deixou sequelas importantes para a maioria dos alunos da rede estadual. Por exemplo, o relatório do TCSP revelou que nas disciplinas de

⁸ Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. "Alimentação Escolar, o Ensino a Distância e o Retorno Às Aulas Presenciais no âmbito das Ações Tomadas pela Secretaria de Estado da Educação em Virtude da Pandemia da Covid-19." São Paulo, 31 de março de 2021.

"Matemática", "Língua Portuguesa" e "Língua Portuguesa e Literatura", respectivamente, 857.606, 422.551 e 439.176 discentes não possuíam notas em pelo menos um bimestre de 2020.

Todas estas evidências indicam a importância do ensino presencial ter sido estruturado para receber os alunos com segurança e acolhimento no final de novembro de 2020 e início de 2021, quando houve o retorno do ensino presencial na rede estadual. Porém, o TCSP evidenciou problemas que deixaram as escolas em uma situação de maior vulnerabilidade. Por razões de espaço, citamos três exemplos.

Primeiro, os dados levantados pelo TCSP relatam que somente 1,22% do total de despesas orçamentárias liquidadas em 2020 foram dedicadas a custos relacionados ao enfrentamento à pandemia. Em 2020 e 2021, ainda não contávamos com vacinas autorizadas para proteger a maioria da comunidade escolar. Como explicamos, o nível de rigidez do protocolo do Estado foi relativamente baixo e recebeu uma nota inferior a 50 no início de 2021. Nesse contexto, máscaras PFF2/N95 eram recursos altamente recomendáveis, mas entre as compras realizadas, o TCSP identificou somente duas aquisições de comprar 12.000.000 máscaras de tecido e 300.000 face shields.

Um segundo desafio que deixou os ambientes escolares sob maior risco diz respeito à ventilação. No segundo semestre de 2020, o TCSP relata que de uma amostra de 180 escolas, cerca de 36% das unidades visitadas apresentavam salas de aula com ventilação parcial ou pouca ou nenhuma ventilação. Nesse contexto, limites de capacidades de salas de aula e monitoramento de ar eram ainda mais importantes. Porém, o protocolo adotado não priorizou estas medidas.

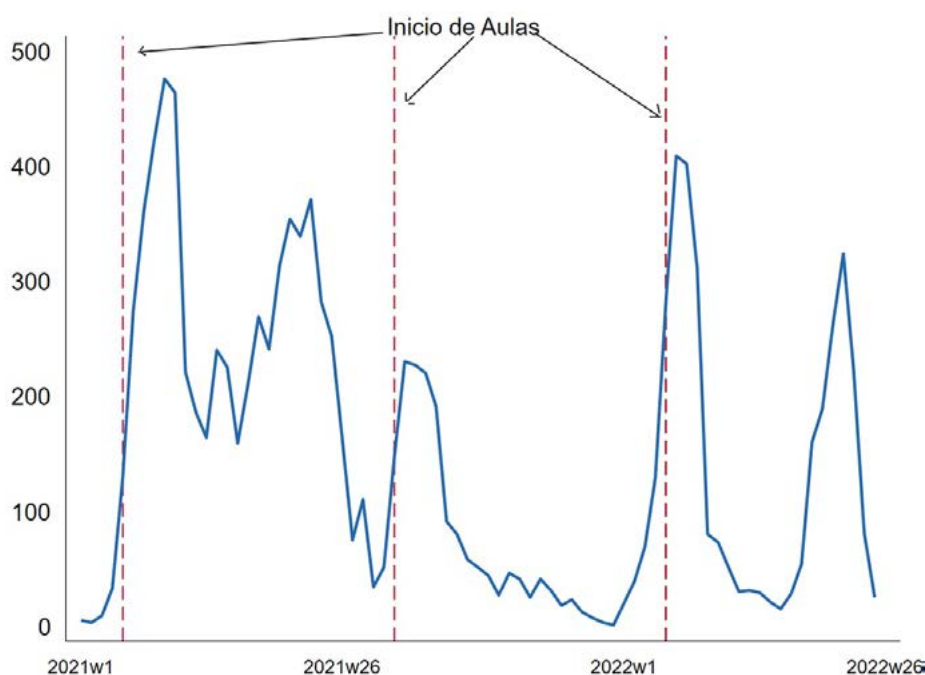
Finalmente, não foram desenvolvidas estratégias de testagem ativa para detectar casos precocemente. A Secretaria de Educação alocou recursos apenas para a realização de inquérito sorológico em sua rede de ensino mediante exame para dez mil alunos e nove mil profissionais da educação, selecionando cinco unidades escolares distribuídas em vinte municípios paulistas. Como concluiu o TCSP, "considerando que a rede de ensino estadual é composta por cerca de 3,3 milhões de estudantes, mais de 200 mil profissionais de educação, aproximadamente 5.400 unidades escolares distribuídas em 645 municípios, entende-se que o número de testes realizados é discreto frente à população envolvida. Alerta-se que não houve outros procedimentos de testagem para o ano letivo de 2021."

Em dezembro de 2020, o Governo de Estado de São Paulo criou o Simed⁹, um sistema em que as escolas estaduais e particulares são obrigadas a registrar casos positivos nas escolas. Porém, no sistema há uma subnotificação de casos devido ao fato de a testagem não ser realizada nas escolas. Além disso, há uma série de regras para o preenchimento da notificação do caso. Mesmo após a notificação, o governo deixou de contabilizar casos confirmados de COVID-19 e passou a classificá-los apenas como "casos prováveis" de infecção desde agosto de 2021. Os dados do Simed estão disponíveis somente a partir da primeira semana epidemiológica de 2021 até a semana epidemiológica 25 de 2022 (19/06/2022 até 25/06/2022).

Com base nestes dados, a Figura 3 indica que houve vários picos no número de escolas reportando casos desde que o ensino presencial se iniciou em 2021 no estado. Para o período como um todo, o governo do Estado de São Paulo declarou que houve 14.076 casos (38% sendo alunos, e o restante professores e funcionários terceirizados). Há evidências claras que houve subnotificações na medida em que o número de escolas que reportaram casos é muito parecido ao número de alunos, e muito longe do total de casos reportados para estas faixas etárias nos sistemas que monitoram pessoas testadas com sintomas leves nas redes públicas e privadas dessas mesmas cidades.

⁹ <https://www.educacao.sp.gov.br/painel-simed/>, acesso em 26 de junho, 2022

Figura 3. Número de escolas com casos confirmados de infecção por SARS-CoV-2 de acordo com a Secretaria de Educação de São Paulo



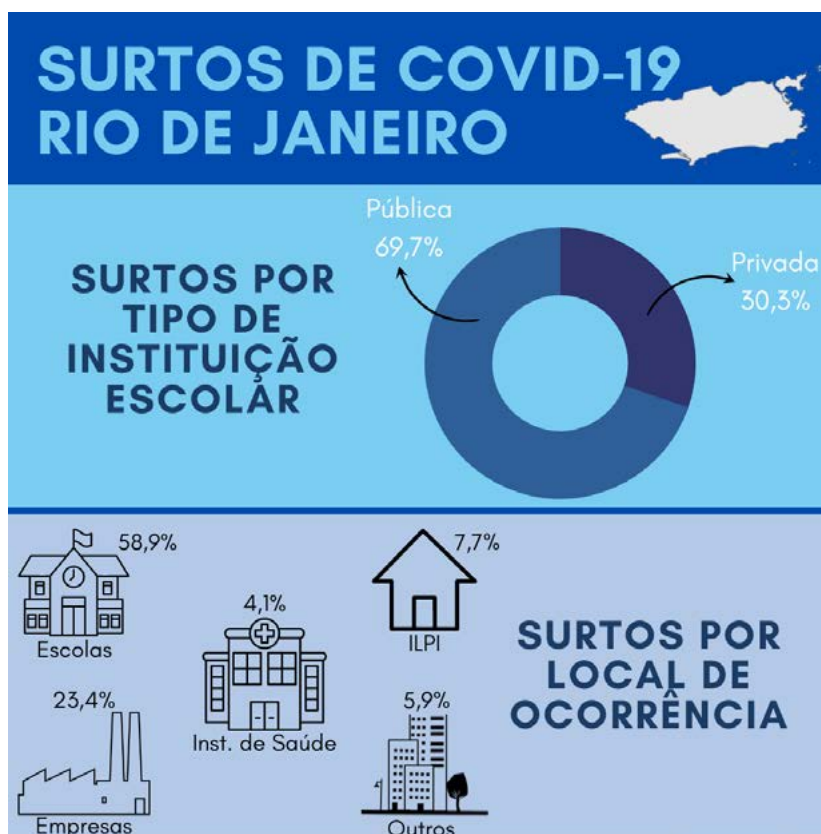
Alguns agravantes no Brasil são a falta de uma política pública coordenada pelos Ministérios da Saúde e Educação e das secretarias estaduais e municipais, para investigação e monitoramento de surtos nas escolas, além da falta de estrutura da vigilância em saúde, com destaque das vigilâncias epidemiológicas para executarem seu trabalho. Assim, sem coordenação e estratégias articuladas, as informações sobre o cenário epidemiológico real nos ambientes de ensino não foram até hoje elucidadas.

Pela ausência de políticas pública e pela negligência quanto às crianças e adolescentes, até o momento, não existe nos sistemas de informação em saúde um campo de registro para investigação de surtos de COVID-19 (ocorrência de três casos ou mais de Síndrome Gripal no mesmo ambiente fechado ou semifechado com vínculo entre eles, como, por exemplo, em grupos institucionalizados - instituições de ensino, asilos, empresas, entre outras). Assim, os surtos estão ocorrendo no país, impactando no absenteísmo e no fechamento de turmas e escolas, e as poucas e parciais informações sobre eles são tornadas públicas, na maior parte das vezes, pela imprensa.

Como não existe campo de registro ou dado padronizado e sistematizado nos sistemas de informação de saúde em nível federal e as eventuais iniciativas para criarem rotinas e sistemas de registro ficam sob responsabilidade das próprias secretarias subnacionais, sem articulação entre elas, inexistente dado para quantificar os surtos em escolas no Brasil. São poucos os municípios que têm sido proativos neste sentido e possuem um retrato desse cenário como, por exemplo, os municípios do Rio de Janeiro e de Florianópolis-SC.

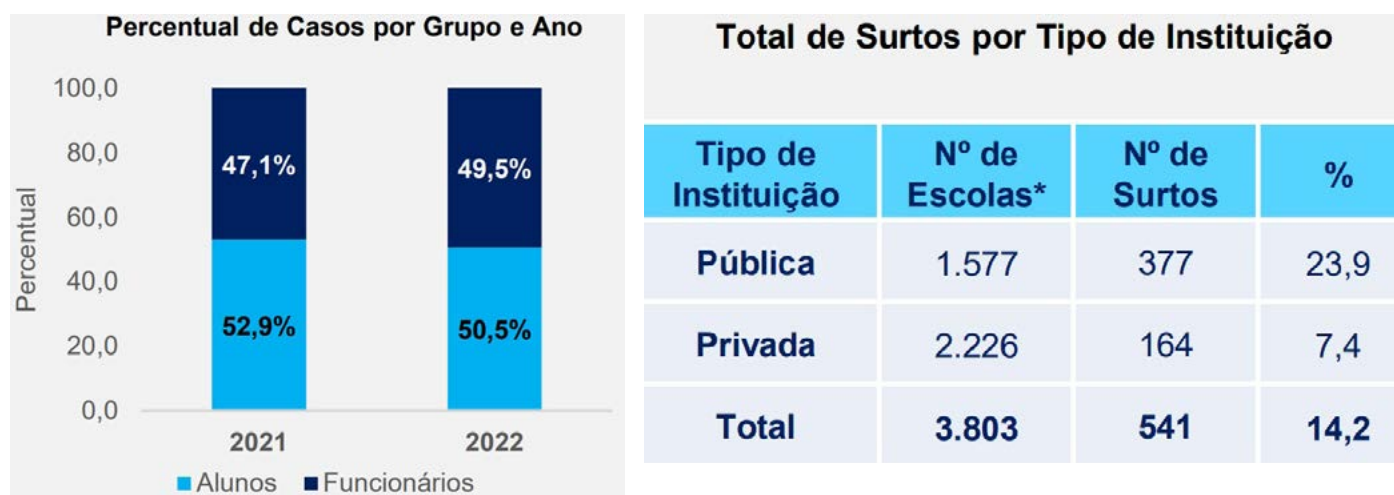
Dados de divulgação interna da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, considerando todos os surtos registrados em 2021 até 06 de julho de 2022, indicam que ocorreram 541 surtos em escolas no período. As escolas foram responsáveis por 58,9% do total de surtos (Figura 4) no município do Rio de Janeiro, sendo a maior parte dos casos entre os alunos de escolas públicas, quando comparadas às privadas (Figura 5).

Figura 4. Resultados da análise de surtos de COVID-19 em ambiente escolar no município do Rio de Janeiro entre o início de 2021 e junho de 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Infográfico de divulgação interna - Coordenação de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde/SVS/SUBPAV/SMS-RJ.

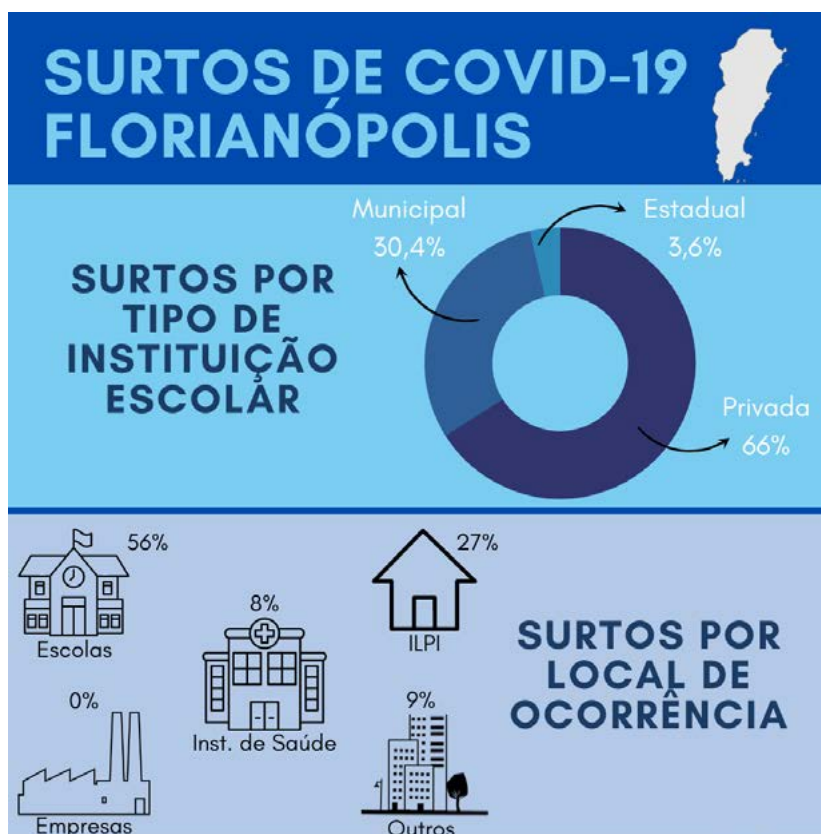
Figura 5. Resultados da análise de surtos de COVID-19 em ambiente escolar no município do Rio de Janeiro entre o início de 2021 e junho de 2022.



Fonte: Infográfico de divulgação interna -
Coordenação de Informação Estratégica
de Vigilância em Saúde/SVS/SUBPAV/SMS-RJ.

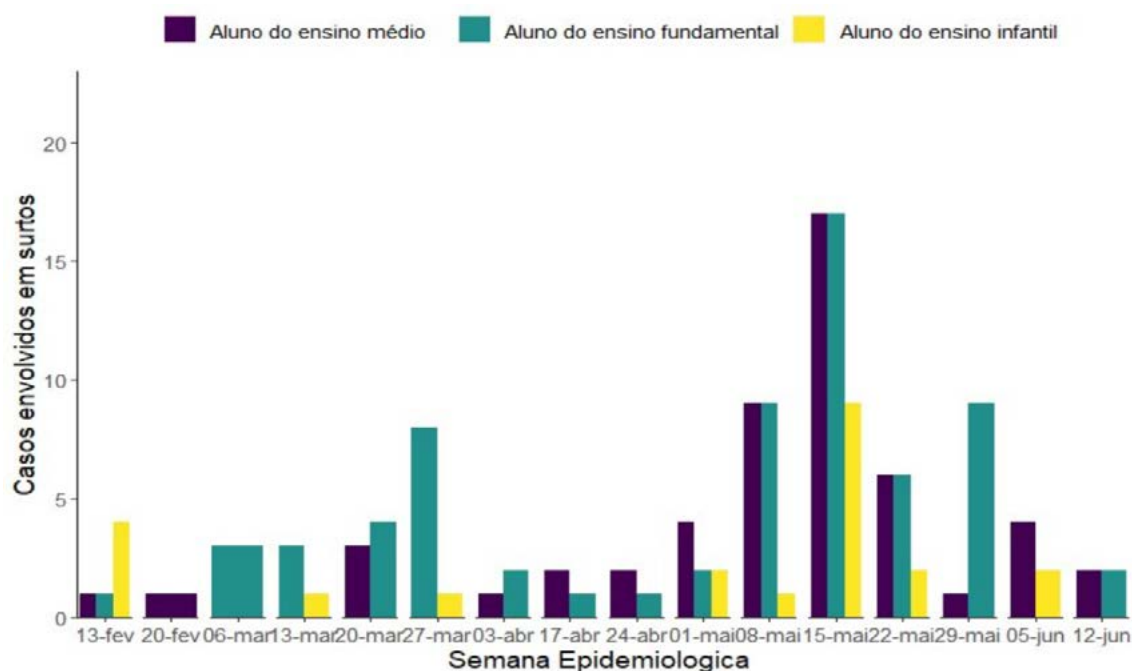
Em Florianópolis o cenário é semelhante. Durante o período de 18/02/2022 até 24/06/2022 ocorreram 56 surtos em escolas. As escolas foram responsáveis por 56% do total de surtos investigados, sendo que 66% ocorreram em escolas privadas (Figura 6). Observou-se também que o maior número de casos foi entre alunos do ensino fundamental (Figura 7 e 8).

Figura 6. Resultados da análise de surtos de COVID-19 em ambiente escolar no município de Florianópolis/SC entre 18 de fevereiro e junho de 2022.



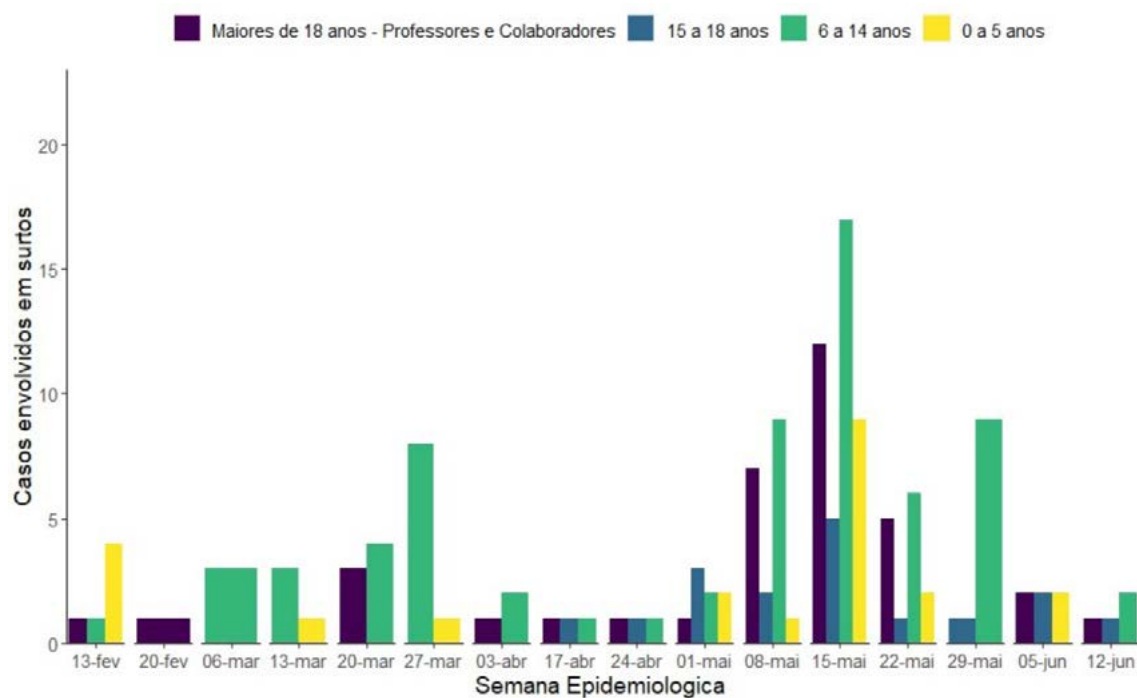
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Vigilância em Saúde. Gerência de Vigilância Epidemiológica do município de Florianópolis.

Figura 7. Frequência de Casos em Alunos por Etapa de Educação Básica, entre 18 de fevereiro e junho de 2022.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Vigilância em Saúde. Gerência de Vigilância Epidemiológica do município de Florianópolis.

Figura 8. Frequência de Casos nas Escolas por Faixa Etária, entre 18 de fevereiro e junho de 2022.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Vigilância em Saúde. Gerência de Vigilância Epidemiológica do município de Florianópolis.

Os dados apresentados, mesmo que limitados, mostram que as escolas têm papel importante na disseminação do vírus. A falta de consonância do cenário com a tomada de decisão governamental chama atenção. Mesmo as escolas sendo responsáveis pela maior parte dos surtos registrados, medidas simples e eficazes, como o uso de máscara, que foi desobrigado, e a ventilação e o monitoramento da qualidade do ar, são praticamente inexistentes, como camadas de proteção.

Soma-se ao retrocesso observado a baixa cobertura vacinal de crianças e adolescentes e ainda os menores de 5 anos sem acesso à vacina. Assim, é fundamental que o sistema de informação em saúde consiga ter o registro do dado para gerar informação e embasar as melhores decisões de autoridades públicas. Entretanto, em virtude das fragilidades do sistema de informação, da falta de uma coordenação nacional, além do baixo volume de investimentos e estrutura adequada na vigilância, e uma frágil articulação intersetorial entre saúde e educação, o conhecimento da real situação e a consequente tomada de decisão são fortemente prejudicados.

Neste contexto complexo de falta de investimento, coordenação, articulação intersetorial e conflito de interesse, as secretarias municipais de saúde e educação passam a definir seus próprios protocolos. Inclusive no que diz respeito às recomendações de afastamentos de alunos, professores, funcionários, suspensão parcial ou total de atividades presenciais de turmas e, até mesmo, fechamento temporário das instituições de ensino. Entretanto, em virtude das fragilidades do sistema de informação, da falta de uma coordenação nacional, além do baixo volume de investimentos e estrutura adequada na vigilância, e uma frágil articulação intersetorial entre saúde e educação e um possível conflito de interesse, na busca ativa de casos pela instituição escolar, o conhecimento da real situação e a consequente tomada de decisão são fortemente prejudicados.

O cenário atual dificulta a adoção de medidas de prevenção e controle para evitar novos casos, óbitos e repercussão comunitária, fragiliza ainda mais o enfrentamento da pandemia, aprofunda as desigualdades e reforça a percepção de que as crianças continuam sendo absolutamente negligenciadas e entregues à própria sorte.

Os Desafios de Oferecer Ensino mais Seguro nas Escolas da Cidade de São Paulo

Os desafios para proteger a comunidade escolar numa cidade do tamanho de São Paulo são significativos. A RPS detectou deficiências importantes com respeito a qualidade do ensino remoto e dos protocolos de segurança para o ensino presencial.

Na capital de 12 milhões de habitantes, tanto em 2020 como em 2021, o governo municipal adotou medidas menos rígidas com respeito aos meios de transmissão e a supervisão do ensino remoto. Tanto a capital quanto o estado ofereceram seus programas para todos os níveis de ensino analisados, recebendo notas máximas já em 2020. Inicialmente, em 2020, a secretaria municipal de educação incluiu como meio de transmissão das aulas apenas a internet. Já em 2021, adicionou-se a TV como uma nova opção para acompanhamento dos conteúdos por parte dos alunos. A única forma de acesso disponibilizada no primeiro ano da pandemia havia sido o material impresso e as apostilas. Em 2021, a capital adotou inovações: a distribuição de tablets para uma parcela dos estudantes que não possuíam dispositivos para acessar as aulas transmitidas pela internet, além do subsídio ao acesso, atingindo nota máxima no quesito, assim como o governo estadual já havia atingido em 2020. Complementarmente,

o protocolo não adotou nenhum controle por parte dos professores e da secretaria de educação em 2020. Em 2021, os professores foram instruídos a fazer o acompanhamento dos alunos pelos canais de contato, como nas aulas síncronas pela internet ou aplicativos de mensagens.

Para o índice que avalia a segurança dos protocolos sanitários, a nota média do ISRAP, no início do primeiro semestre letivo em fevereiro de 2021, foi de 40,7 (ver Figura 9). A capital adotou em seu protocolo a obrigatoriedade do uso de máscaras, a distribuição para profissionais e a campanha indicando o seu uso correto, mas não especificava o modelo PFF2 ou com filtro, reconhecidamente mais seguras. Em ventilação, havia apenas a indicação de aulas externas, quando fosse possível. Já na categoria de distanciamento, era adotado o distanciamento físico em sala de aula, sem menção a questões de ocupação e controle de interação. Além disso, foi publicado o protocolo de transporte, mas sem a alteração do horário das aulas, em prol de se evitar aglomerações em horários de pico. Em higiene, apesar de não falar em obrigatoriedade, as escolas teriam que disponibilizar produtos sanitizantes para lavagem de mãos. Na política de testagem, era indicada a testagem de sintomáticos, tanto de professores quanto de alunos, além do isolamento obrigatório para o grupo de contato. Para imunização, recebia nota 0, em razão de ainda não ter iniciado, até aquele momento, a vacinação dos profissionais da educação.

Já no ano letivo de 2022, as medidas de máscaras se mantiveram iguais, até dia 30 de março, data na qual o protocolo não citava mais a obrigatoriedade do uso nos espaços escolares e só voltou a recomendar em 1 de junho. Em ventilação, além da recomendação de priorização de aulas externas, era necessário que janelas e portas ficassem abertas. Sobre a categoria de distanciamento, não existia mais limitação de ocupação, em razão da volta 100% presencial, mas havia a manutenção da medida de distanciamento físico entre alunos e a limitação de interação entre turmas distintas. Em 30 de março de 2022, após revisão, nenhuma medida da categoria de distanciamento e de transporte foi adotada. A higiene das mãos, nessa data, era obrigatória, além da continuidade da disponibilização dos produtos para limpeza.

Sobre a testagem, a política se manteve a mesma, mas a partir da revisão de março, também foi retirada a obrigatoriedade do isolamento para os grupos de contatos. Para a imunização, já havia iniciado a primeira dose da vacinação de crianças e jovens, mas não exigia que o comprovante fosse apresentado na escola, recebendo, por isso, nota parcial. A nota média da capital em fevereiro, no início das aulas, era de 58,8 e, após a primeira revisão do ano, ficou em 42,5. Além dessa revisão, um novo protocolo foi publicado em 1 de junho de 2022. A alteração principal indicava a recomendação para o uso de máscaras no ambiente escolar. A nota após essa mudança foi para 44,6.

Figura 9 - Médias do protocolo sanitário escolar da cidade de São Paulo, a partir do ISRAP.



No caso da prefeitura de São Paulo, não há como verificar o impacto da flexibilização dos protocolos, pois dados de monitoramento de casos e investigação de surtos não estão disponibilizados pela prefeitura para o período inteiro. Porém, dados de Junho de 2022 levantados pelo Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE) mostram evidências importantes de casos elevados nas escolas no município¹⁰. Entre 07 a 15 de junho, 522 escolas da rede municipal de educação (34% das 1510 unidades) participaram do inquérito. Nestas escolas, 92% reportaram ter pelo menos um caso.

No contexto de um aumento de casos, é importante lembrar que o Governo de Estado de São Paulo desobrigou o uso de máscaras em 17 de março de 2022. Nesse cenário e com um aumento significativo de casos, as máscaras apenas voltaram a ser recomendadas (sem menção à obrigatoriedade), pelo município, em 1 de junho de 2022. Isso ajuda a compreender por que somente 20,9% disseram que todos os funcionários e professores mantiveram o seu uso e apenas 12,1% disseram que todos os segmentos (professores, funcionários e estudantes) mantiveram o uso de acordo com o inquérito. Os guias das Secretarias e do Ministério de Saúde detalham a conduta que deve ser seguida por pessoas que se encaixam em um caso suspeito e/ou confirmado de infecção por SARS-CoV-2. Porém, os protocolos adotados pelas secretarias de educação muitas vezes não estão alinhados com estas orientações estabelecidas pela vigilância. Quando perguntados sobre afastamentos de estudantes/turmas, as escolas que participaram do inquérito relataram uma heterogeneidade de respostas. Na maioria das unidades (62,8%) em que houve casos de COVID-19, os estudantes e os professores da turma em que houve confirmação de COVID-19 foram afastados. Porém, em outras unidades, a conduta adotada foi de isolamento de uma proporção menor de alunos e professores. Especificamente, 24,1% disseram que foram afastados apenas os professores; 6,7% disseram que foram afastados os alunos da turma, e outros 6,5% disseram que foram afastados apenas os estudantes que testaram positivo.

Medidas de Manejo do Risco nas Escolas: Destaque para Monitoramento da Qualidade do Ar

É preciso minimizar o risco de transmissão do SARS-CoV-2 dentro da escola. A proteção contra o potencial das escolas atuarem como amplificadores da transmissão do vírus na comunidade também é fundamental. Além disso, é necessário que o plano seja integrado a medidas mais amplas no nível municipal.

Importante destacar que para se manejar o risco é preciso lançar mão de várias camadas de proteção, principalmente no caso de um vírus que se transmite pelo ar. As vacinas têm papel fundamental. Entretanto, apesar de protegerem contra casos graves elas não impedem a transmissão e as repercussões negativas da doença, como sequelas e a própria COVID-longa, que podem aparecer até mesmo em casos leves e assintomáticos. Além disso, existe um contingente importante de crianças que ainda não têm acesso à vacina, aqueles menores de 5 anos. Ademais, o aumento da circulação do vírus aumenta a chance do aparecimento de novas variantes. Desta forma, é imprescindível adotar uma série de medidas nas escolas para um retorno presencial seguro conforme foi resumido na Figura 10.

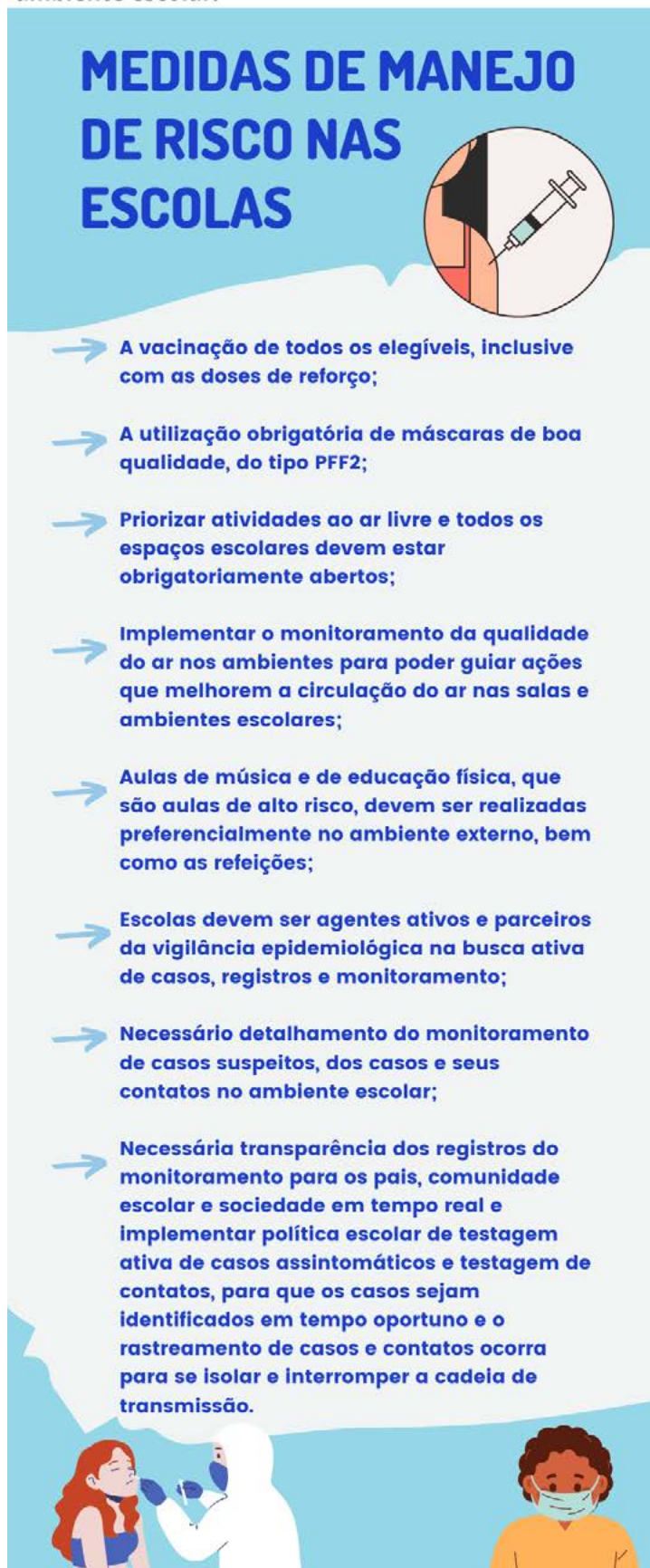
Dentro destas medidas, neste momento a Rede destaca a ventilação e o monitoramento da qualidade do ar, que são medidas altamente efetivas e de baixo custo individual e coletivo e que têm

sido consideradas de forma muito marginal ou até mesmo desconsideradas durante todo o período da pandemia. Em parte, isso ocorreu pelo reconhecimento tardio da transmissão do SARS-CoV-2 pelo ar. Os protocolos focaram em higiene e pouco consideraram de forma efetiva este tipo de medida. Neste contexto, é preciso associar medidas e investir esforços na melhoria da qualidade do ar para manejar o risco, pois em ambientes com ventilação inadequada aumenta o risco de transmissão do vírus, mesmo com uso de máscara e com o distanciamento.

Estudo conduzido pela Fundação David Hume, na região de Marche na Itália, avaliou dados de mais de 10 mil escolas e concluiu que a implementação de sistemas de Ventilação Mecânica Controlada (VMC) em salas de aula reduziu em 82,5% o risco de infecção pelo Sars-Cov-2 entre alunos e professores. A renovação do ar (acima de 6 trocas de ar por hora) foi capaz de diminuir a taxa de incidência da COVID-19 em até cinco vezes, de 250 para 50 casos por 100 mil alunos. Além disso, há evidências científicas que sugerem que a adoção de somente uma medida não-farmacológica, como máscaras de tecido ou cirúrgica, não é capaz de reduzir o risco relativo de transmissão da COVID-19 com a chegada da variante Ômicron, muito mais transmissível.

Considerando este cenário e pensando em estratégias de manejo da vulnerabilidade a exposição a infecção pelas variantes da Ômicron na volta às atividades presenciais e qualificar o controle da pandemia da COVID-19 é necessário implementar as múltiplas camadas e dimensões de prevenção (pessoais e institucionais) e fortalecer o manejo da vulnerabilidade estrutural. Nessa perspectiva, em março de 2022, o governo dos EUA apresentou um plano de prevenção da Covid-19, no qual a qualidade do ar interno é um ponto chave. Bilhões de dólares de investimento, suporte técnico e comunicação com a população sobre como a ventilação e a qualidade do ar interno são fundamentais para combater a transmissão de doenças transmitidas pelo ar. Entretanto, no Brasil esta discussão continua marginal e até o momento e avanços em intervenções estruturais não foram pautados.

Figura 10 - Indicações de medidas de manejo de risco no ambiente escolar.



Considerações Finais

Segundo relatório publicado em 23 de junho de 2022, o Instituto Todos Pela Saúde identificou que a positividade de testes de COVID-19 subiu de 38,9% para 49,1% no Brasil: "Até o início de maio, a subida foi lenta, mas com o avanço das subvariantes BA.4 e BA.5, a positividade aumentou rapidamente nos estados." Observa-se, ainda, a possível correlação desse cenário epidemiológico com o retorno de atividades presenciais e a negligência da eficácia de medidas de prevenção em vários decretos municipais.

A Rede de Pesquisa Solidária acredita que políticas públicas precisam aumentar a proteção da sociedade frente à pandemia da COVID-19 e, assim, também aprender e criar as condições para o enfrentamento de novas emergências sanitárias no futuro.

As políticas que buscaram garantir o direito à educação durante a pandemia, seja no caso do ensino remoto ou dos protocolos para o retorno presencial ou híbrido, apresentaram desigualdades bastante significativas, fato que alerta para um agravamento das já existentes desigualdades na educação e na saúde dos brasileiros. Há uma carência de políticas públicas direcionadas a fortalecer a prevenção e evitar infecções nas crianças e adolescentes por conta de uma doença que não conhecemos profundamente os seus impactos a longo prazo.

A falta de coordenação do Governo Federal e da definição de patamares mínimos de políticas levou muitos estados e capitais a não oferecer qualquer tipo de solução para o fechamento de escolas ou demorarem muito a fazê-lo. Fica claro que a inação do Governo Federal, principalmente no caso de medidas adotadas em caráter emergencial, gerou graves consequências. Da mesma forma, a falta de uma vigilância no nível federal está levando a uma situação caótica em que diferentes secretarias elaboram políticas sem articulação intersetorial, embasamento científico ou em evidências baseadas em dados coletados diretamente.

Políticas públicas de caráter urgente exigem investimentos e esforços extraordinários para que obtenham sucesso. A baixa qualidade geral dos planos de EAD implementados, bem como sua demora, demonstram as grandes dificuldades enfrentadas pelos governos estaduais e municipais, o que impactou seriamente o aprendizado dos estudantes. Na pandemia, em geral, houve uma redução considerável e inaceitável dos recursos destinados à educação, o que em tempos normais já levaria a limitações no oferecimento da educação pública. E, em tempos de pandemia, apesar dos esforços, sobretudo no acesso à conectividade, observou-se uma queda de dimensões consideráveis no acesso à educação enquanto direito humano.

A prioridade de investir e melhorar o ensino precisa estar alinhada com as prioridades de melhorar as políticas que garantem a saúde integral de crianças e adolescentes. Ambos os direitos são protegidos pela Constituição Federal e o fortalecimento mútuo continua sendo um desafio importante no contexto da atual pandemia.

Recomendações

- Há necessidade de aumentar a coordenação intersetorial entre as áreas de educação, saúde e assistência social nos governos subnacionais para tornar o ensino presencial mais seguro. Os protocolos devem alinhar suas orientações para estarem de acordo com as diretrizes de vigilância e assistência das secretarias de saúde;
- O Governo Federal deve adotar postura ativa na definição de padrões mínimos de oferecimento de educação e de protocolos, garantindo seu cumprimento por estados e municípios e atuando para garantir que tenham condições de implementar medidas, auxiliando-os na redução de desigualdades regionais e facilitar seu monitoramento;

- Deve haver a distribuição de quantidades apropriadas de máscaras PFF2 para profissionais da educação e alunos, junto com instruções claras sobre sua superioridade na eficiência de filtragem, seu uso e manutenção;
- A qualidade do ar dentro das salas de aula deve ser monitorada por meio de medidores de CO2 de qualidade e regulamentados, junto com uma ênfase na melhora da ventilação nas salas, renovação do ar e comunicação de sua importância. Investimentos nesse sentido e na viabilização do ensino remoto para alunos em isolamento/quarentena devem ser priorizados;
- Os governos estaduais e municipais devem promover a vacinação infantil e conscientizar alunos e funcionários sobre as medidas preventivas necessárias. Além disso, os protocolos devem incluir a exigência de comprovante de vacinação dos alunos e trabalhadores da comunidade escolar contra a SARS-CoV-2;
- É necessária uma campanha que reforce a necessidade de vacinação de todo o corpo docente e discente, e demais trabalhadores, incluindo as doses de reforço;
- Os protocolos devem intensificar e assegurar a testagem da comunidade escolar (com testes RT-PCR, RT-LAMP e/ou antígeno), juntamente com as secretarias de saúde, e as escolas devem tornar públicos os dados sobre estas testagens;
- O isolamento apenas de casos positivos não é suficiente, devendo-se isolar também os contatos. Em situações de surto da COVID-19, o cancelamento das aulas, acesso a testagem de contactantes e a adoção de quarentenas devem ser aplicadas. Além disso, os governos devem implementar estratégias para o monitoramento de surtos em escolas e assegurar a transparência destes dados;
- Comunicação efetiva junto à população sobre a situação sanitária e combate às fake news;
- A participação da comunidade escolar na discussão dos desafios da implementação dos protocolos deve ser uma prioridade. A sociedade civil deve ter oportunidades de participar de foros, encontros, e de se manifestar sobre o nível de segurança dos protocolos nas escolas. Para este fim, deve haver a divulgação para a comunidade escolar de aplicativos e ferramentas como a da Transparência Brasil, para permitir a fiscalização das medidas e a construção de dados a respeito da implementação efetiva dos protocolos;
- A secretarias estaduais e municipais de saúde devem garantir condições para que alunos com comorbidades ou suspeitos de COVID-19 tenham acesso ao conteúdo escolar, de modo digital ou impresso, e possibilitar acesso a reforço escolar, caso necessário;
- Os trabalhadores da educação devem ter o direito assegurado ao afastamento em caso de suspeita de COVID-19. Ademais, os protocolos devem assegurar que casos suspeitos sejam encaminhados para testagem e, caso não seja possível descartar a possível infecção, o mesmo seja afastado pelo período apropriado, impedindo que a cadeia de transmissão se estabeleça no ambiente escolar; e
- Os protocolos devem ser flexíveis e adotar medidas adequadas ao cenário epidemiológico de modo rápido e preventivo. Deste modo, o aumento no registro de casos e/ou internações no município deve ser acompanhado pela adoção de medidas mais rígidas de contenção da transmissão do SARS-CoV-2.

O QUE É A REDE

Somos mais de 100 pesquisadores mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas. Colocamos nossas energias no levantamento rigoroso de dados, na geração de informação criteriosa, na criação de indicadores, na elaboração de modelos e análises para acompanhar e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

A Rede de Pesquisa Solidária conta com pesquisadores das Humanidades, das Exatas e Biológicas, no Brasil e em outros países. Para nós, a fusão de competências e técnicas é essencial para se enfrentar a atual pandemia. O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante.

E jamais seria realidade se não fosse a contribuição generosa de instituições e doadores privados que responderam rapidamente aos nossos apelos. A todos os que nos apoiam, nosso muito obrigado.

QUEM FAZ

Comitê de Coordenação

Lorena Barberia (USP); Luciana Santana (Universidade Federal de Alagoas); Ian Prates (CEBRAP, Social Accountability International); Tatiane C. Moraes de Sousa (Fiocruz); João Paulo Veiga (USP); Vera Silvia Facciolla Paiva (Professora Titular, Instituto de Psicologia, USP); Ursula Dias Peres (EACH/USP e CEM/USP)

Coordenação Científica Lorena Barberia (USP)

Editores Vera Paiva, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

Doações e contato redepesquisasolidaria@gmail.com

Consultores Alexandre Schneider (Instituto Singularidades) • Alvaro Comin (USP) • Arachu Castro (Tulane University) • Diogo Ferrari (University of California, Riverside) • Eduardo J. Gómez (Institute of Health Policy & Politics, Lehigh University) • Ester Sabino (USP) • Fernanda Campagnucci (Open Knowledge Brasil) • Flavio Cireno Fernandes (Fundação Joaquim Nabuco) • Guy D. Whitten (Texas A&M University) • Manoel Galdino (Transparencia Brasil) • Márcia Lima (USP e AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial) • Marta Arretche (USP e Centro de Estudos da Metrópole-CEM) • Nésio Fernandes (Secretaria de Saúde, Espírito Santo) • Paulo Artaxo (USP) • Renata Bichir (USP e CEM) • Sílvia Figueiredo Costa (USP)

Design Claudia Ranzini

Visite nosso site: <https://redespesquisasolidaria.org/>

Email: redespesquisasolidaria@gmail.com

Siga a Rede de Pesquisa Solidária nas redes sociais



Equipe responsável pela Nota Técnica No.41

Pesquisadores responsáveis

Lorena Barberia (USP), Luiz G. R. Cantarelli (USP), Pedro Henrique De Santana Schmalz (USP), Maíra Meyer (USP), Dara Aparecida Vilela Pinto (USP), Alexandra Boing (UFSC e ABRASCO), Vera Paiva (USP), Tatiane Moraes (ENSP-Fiocruz) e Erick Sousa (PPGCS - UFG)

Instituições parceiras



Instituições de apoio

